

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA: PERFIL DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA DA REDE ESTADUAL DE JATAÍ – GO

Regisnei Aparecido de Oliveira Silva – regisneioliveira@gmail.com
Elci Ferreira Mendes Piochon – piochon2003@yahoo.fr
Silvia Sobral Costa – ssobralcosta@yahoo.com.br
Universidade Federal de Goiás/UFG – Campus de Jataí

Resumo

Este trabalho ressalta os resultados parciais de uma experiência didática desenvolvida em um projeto de extensão de formação continuada de professores de Biologia da rede estadual de Jataí –GO. Teve como objetivo apresentar o perfil dos professores de Ciências e Biologia da rede estadual de Jataí/Goiás, bem como suas dificuldades no ensino destas disciplinas na Educação Básica. Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado aplicado a 17 professores participantes do curso. A análise dos dados foi realizada mediante a construção de uma grade de análise elaborada para este fim. Os resultados parciais apontam que dos 17 professores participantes 14 possuem graduação em biologia e 10 possuem pós-graduação, sendo 09 em especialização e um em mestrado. A maioria atua na educação a mais de 07 anos, trabalham em pelo menos dois períodos e em apenas uma escola. Os participantes afirmaram ter dificuldades em conteúdos específicos de biologia, principalmente em genética e biologia celular. Sobre a participação em formação continuada a maioria, 13 professores, disseram não participar de atividades dessa natureza. Diante desses dados é possível pensar em propostas de formação permanente que possibilite a reflexão da prática docente e consequentemente a melhoria do ensino de biologia.

Palavras-chave: Formação Continuada, Educação Básica, professores de Ciências e Biologoa.

Área temática: Formação e prática docente

Introdução

A formação continuada deve ser entendida como um espaço de formação permanente, com uma ação contínua de reflexão da prática e jamais entendida como um

momento único (cursos, capacitação, treinamento). De acordo com Lima (2008) essas propostas precisam partir para uma postura metodológica fundamentada na análise da prática docente, na relação teoria e prática e no trabalho como categoria principal dessa atividade.

Para Pimenta (2009) a dinâmica da formação continuada pressupõe um movimento dialético de criação constante do conhecimento, do novo, a partir da superação do já conhecido. Esta formação deve ser orientada pela prática e incorporada por cada profissional como uma ação de auto-formação e assumida pelas instituições formadoras como política de formação e desenvolvimento profissional.

Este trabalho é resultado de atividades de formação continuada e visa apresentar o perfil dos professores de Ciências e de Biologia da rede estadual de Jataí/Goiás, bem como suas dificuldades no ensino destas disciplinas na Educação Básica. A divulgação de trabalhos dessa natureza deverá contribuir com as discussões em torno da necessidade de formação continuada para o desenvolvimento profissional dos professores por meio de atividades diversificadas e consequentemente melhorias na qualidade do ensino na educação básica.

JUSTIFICATIVA

A reforma educacional brasileira em si é traduzida pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) número 9394/96. Esta lei explicita em grandes linhas as exigências da constituição Federal de 1988 e, aponta os encaminhamentos para a instauração dos dispositivos que visam atender as exigências do mundo globalizado. A reforma é regulamentada por Relatórios, Resoluções e Circulares emitidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A LDB, afirma ainda a necessidade de se estabelecer diretrizes para a educação em todos os níveis do ensino e nos sistemas educacionais federais, estaduais e municipais.

Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, as competências e as diretrizes para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o Ensino Médio, que guiarão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de forma a assegurar a formação básica comum (Brasil, 1996, artigo 9 §IV).

As reformas educativas realizadas pelo Ministério da Educação nas últimas décadas exigem cada vez mais uma formação de qualidade dos professores que atuam no ensino básico. Essas mudanças apontam para a necessidade de se realizar formação continuada dos professores que atuam neste nível de ensino. Neste contexto, os PCN+(2002) apontam

que há uma nova compreensão sobre o aproveitamento das horas atividades, destinadas à estudos e pesquisas, que os professores recebem, no sentido de utilizar estas horas para o desenvolvimento de um projeto de formação continuada em serviço.

A proposição de espaços de formação deve ser de todos os envolvidos no processo educativo: a escola, a universidade e todos os órgãos e pessoas ligados a educação. Ao se referir às transformações em ações concretas, a intencionalidade anunciada nas políticas públicas, reafirma a importância do envolvimento de todos os interessados no processo. Nesse sentido Rios Azeredo (1999, p.24) ressalta que "as políticas serão verdadeiramente fecundas se criarem espaços para o desenvolvimento de projetos que mobilizem todos os sujeitos envolvidos no processo". Quanto a esta postura Carneiro (2002 p. 91), esclarece que a idéia central é garantir que a base comum do currículo seja enriquecida com alguns "conteúdos" vinculados aos contextos regional e local, permitindo assim que a escola construa seu projeto pedagógico, construindo uma relação "germinativa" entre a cultura geral e a cultura regional e local. Para que haja uma maior compreensão do que está recomendado nos textos oficiais através dos organismos administrativos Gatti (1999) ressalta a complexidade de se dialogar com os interlocutores no âmbito do conselho Estadual e sublinha a importância de respeitá-lo, afirmando que

A equipe escolar precisa aprender a conversar também, os professores entre si, o diretor com seus professores, o coordenador pedagógico com os seus professores, o supervisor com as escolas com quem trabalha e o professor com seus alunos, e aumentar o nível de participação dos pais, criar organismos de participação estudantil dentro das escolas (Gatti, 1999 p. 51).

Nesse sentido a Universidade tem um papel importante em garantir a possibilidade de associar a formação docente universitária com o cotidiano da escola de educação básica.

Frente à necessidade de se realizar a formação continuada junto aos professores da rede estadual, consideramos que a melhor forma de desenvolver a mesma seja a consolidação da parceria com a Universidade Federal de Goiás — Campus Jataí, favorecendo a realização de encontros pedagógicos e oficinas aos professores que ministram aulas de ciências e Biologia na rede Estadual de ensino.

Metodologia

O Projeto de Formação Continuada de Professores de Biologia iniciou-se no primeiro semestre do ano de 2010, envolvendo os professores da rede estadual de ensino da cidade de Jataí – GO. A proposta é realizar encontros bimestrais com professores de ciências e

Biologia com ênfase aos conteúdos propostos pelas Orientações Curriculares para Ciências e Biologia do Estado de Goiás.

No primeiro encontro as atividades foram desenvolvidas em três momentos: apresentação e discussão da proposta de formação continuada aos professores, estudo das diretrizes preliminares para o ensino de Biologia do Estado de Goiás e por fim uma avaliação onde os professores apontaram os próximos conteúdos a serem estudados e debatidos nos encontros subsequentes.

Para este trabalho foi considerado as respostas do questionário composto de oito questões subjetivas. O questionário foi aplicado para todos os participantes do curso de formação. Após a etapa de aplicação dos questionários, os dados foram tabulados por meio de uma grade elaborada para tal fim possibilitando a construção de gráficos e análise dos depoimentos dos professores.

Resultados

Formação dos professores:

Quanto à formação, apesar de existir uma maioria de professores qualificados na área, ainda existem professores sem a habilitação específica trabalhando com as disciplinas de Ciências e Biologia. De certa forma percebe-se que a instituição ainda não conseguiu cumprir as recomendações da LDB, lei Federal nº. 9.394/96. Em seu artigo 62 a Lei faz referência à formação mínima dos professores para exercerem o magistério na Educação Básica: "A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação".

Formação inicial:

Os professores participantes apresentam formações variadas. De um total de 17 professores constatamos que 14 dentre eles possuem a formação em ciências biológicas incluindo um que afirmou apenas "estar cursando" Licenciatura em ciências biológicas e outro que possui graduação em biologia e pedagogia. Dos demais, 02 professores informaram ter o curso de pedagogia, 01 Educação Física. Esses dados são preocupantes para a qualidade do ensino de biologia, pois aponta que 03 professores não possuem formação específica para atuar na área e certamente desempenha uma atuação temporária, para suprir uma demanda de profissionais com a formação exigida para o cargo.

Pós graduação:

Dos professores presentes 07 afirmaram não ter cursado nehum curso de pós graduação, 09 dentre eles disseram que fizeram especialização e apenas 01 (um) fez mestrado. A ausência de políticas de qualificação em nível de pós-graduação é um problema no cotidiano dos profissionais do ensino. Além das dificuldades de adentrarem nos cursos disponíveis nas universidades e institutos de formação (geralmente por falta de recursos financeiros), os professores não tem incentivo por parte das instituições a que são subordinados. O gráfico 01 ilustra essa discussão e evidencia a necessidade de qualificação dos profissionais da educação básica.

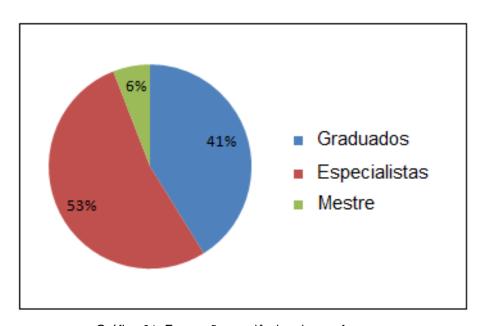


Gráfico 01. Formação acadêmica dos professores

Tempo de atuação na educação:

Considerando o tempo de atuação na educação, as respostas dos professores nos levam a acreditar que uma maioria dentre eles tem uma experiência consistente na carreira de magistério. A este respeito o gráfico 02 aponta que 05 (cinco) professores informaram que seu tempo de atuação varia de 1 a 3 anos. Apenas um (1) professor mencionou exercer a profissão entre 4 a 6 anos. Seguidos de 3 professores que informaram possuírem uma experiência variando de 7 a 10 anos e por fim 8 professores afirmaram possuir mais de 10 anos de experiência no magistério.

O tempo de atuação docente é importante para o fortalecimento da identidade profissional, no entanto, esse tempo pode estar enriquecido de vícios e dissabores,

principalmente quando o ambiente de atuação não oportuniza atualização profissional e momentos de reflexão da prática cotidiana. Assim podemos nos remeter a Nóvoa (2003) ao repetir a frase de John Dewey que diz: "quando se afirma que o professor tem 10 anos de experiência, dá para dizer que ele tem 10 anos de experiência ou que ele tem um ano de experiência repetido 10 vezes". Essa frase nos leva a crer que a experiência por si só não se traduz em auto-formação, é necessário refletir sobre a prática experimentada.

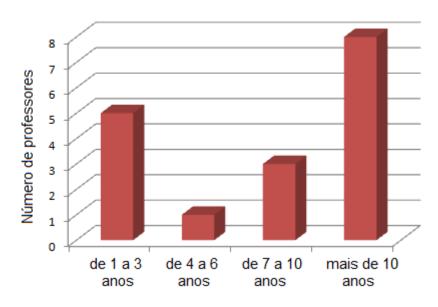


Gráfico 02. Tempo de atuação na educação

Estabelecimentos de atuação e períodos de atuação:

No que diz respeito à quantos estabelecimentos os professores atuam os resultados apontam que 11 dentre eles, ou seja, mais da metade atuam somente em uma escola. Seguidos das afirmações de 4 professores que informam atuar em duas unidades escolares e por fim 2 professores afirmam trabalhar em 3 escolas.

Quando questionados a propósito de quantos períodos atuam por dia suas respostas foram abrangentes. A maioria dentre eles (10) afirmam trabalhar em 2 períodos. Seguido de 5 professores que informam trabalhar nos três períodos e por fim 2 professores dizem trabalhar somente em um período.

Os baixos salários têm levado os professores a atuarem como horistas perfazendo uma jornada dupla ou tripla de trabalho e atuando em mais de uma unidade de ensino. Esse fato dificulta as atividades docentes, pois este apenas passa pela escola e não vivencia a realidade escolar. Profissionais que atuam em três períodos certamente apresentam

dificuldades em preparar aulas e dedicar tempo a sua formação pessoal. O gráfico abaixo retrata a distribuição do tempo de atuação dos professores em períodos.

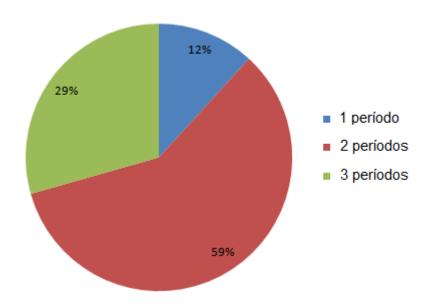


Gráfico 03. Escolas e período de atuação

Participação de grupos de estudo ou formação continuada:

A este respeito quase a maioria dos professores presentes afirmaram não participar de nenhuma atividade de formação continuada e nem de grupos de estudos. Somente 4 professores afirmaram sua participação nesse tipo de atividade.

A formação continuada foi instituída na LDB 9394/96 e se constitui numa abordagem atualizada que deve estar presente nas discussões educacionais de todos os sistemas de ensino a começar pela escola. A presente pesquisa reflete não apenas o não cumprimento da lei, mas a ausência de diálogos formativos nas instituições educacionais que levam os professores a tornarem sujeitos não reflexivos de sua prática.

Conteúdos que encontram dificuldades:

Os professores enumeraram as dificuldades que encontram para trabalhar alguns conteúdos (gráfico 04). Por um lado 08 professores apontam os conteúdos de genética como sendo os de maiores dificuldades para ensinar. Por outro lado 04 apontam a biologia celular como sendo as suas, seguidos de 02 que afirmaram ser o reino *plantae*, 01 professor

menciona que sua dificuldade é trabalhar a origem da vida e evolução e por fim somente 02 professores afirmaram não encontrar nenhuma dificuldade para ministrar seus conteúdos.

As dificuldades de trabalhar conteúdos de biologia apresentada pelos participantes da pesquisa são reflexos das lacunas deixadas pela formação inicial, materiais didáticos reduzidos e ausência de espaços de formação continuada para socialização e superação de problemas de ordem curricular e metodológica.

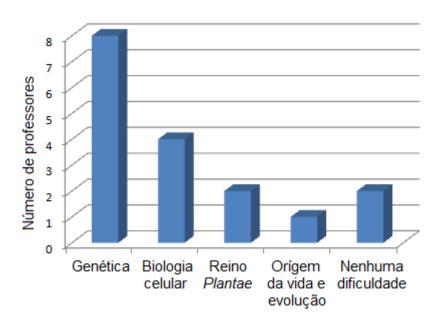


Gráfico 04. Conteúdos de biologia com maior dificuldade entre os professores

Considerações finais

A formação continuada dos professores é assunto de discussão de diversos pesquisadores, o que reforça a necessidade de levar a universidade a cumprir seu papel, por meio de projetos de extensão, possibilitando assim, a socialização das práticas docentes.

Esta proposta de formação irá desempenhar um papel central na construção da identidade e profissionalização dos professores, uma vez que consistirá em momentos de discussão e socialização do fazer pedagógico docente.

Constatamos que o envolvimento dos professores que compareceram apontam para a necessidade de se continuar a investir na formação continuada dos mesmos. Suas participações denunciaram a necessidade de iniciar a realização desses momentos de estudos e reflexões no interior de cada estabelecimento de ensino para a superação de dificuldades específicas.

Considerando as observações realizadas, assim como do desenvolvimento das atividades previstas, concluímos que o curso foi importante para o início deste trabalho, pois despertou e favoreceu oportunidades para que as discussões continuem em encontros futuros previstos no projeto, por meio de oficinas, mini-cursos e palestras. Acreditamos que as autoridades competentes continuem a oferecer ocasiões onde os professores possam socializar suas práticas pedagógicas e assim aproximar de uma formação que garanta maior qualidade nas atividades de ensino e aprendizagem.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: MEC, 2002.

GATTI, B. A. "A nova LDB e o Conselho Estadual de Educação de São Paulo". In Bicudo, M.A., Alves Junior (Org.) **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. V. 1 Conferências Mesas redondas, pp. 43-51.

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre estágio e prática de ensino na formação de professores. Rev. Diálogo Educ. v. 8 nº23 p. 195-205 jan/abril/2008.

NÓVOA. A. **Profissão professor**. 2º edição. Porto: Porto Editora, 2003.

PIMENTA, S. G. Estágio e docência. São Paulo: Cortêz, 2009.

RIOS AZEREDO, T. "Fundamentos, Bases e Alicerces: o olhar da ética sobre as Políticas educacionais". In Bicudo, M. A., Alves Junior (Org.) **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. V. 3, p. 17-43.